

Governo lamenta restrição ao crescimento

ALEXANDRE PINHEIRO

BRASÍLIA — O crescimento da economia neste ano e em 1998 poderia ser de 6% ao ano se as reformas administrativa e previdenciária estivessem aprovadas, mas a taxa projetada é de 4%. Ao fazer o comentário, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, citou como exemplo negativo o fato de o Tesouro ter de arcar com parte do déficit de R\$ 1 bilhão previsto para a Previdência em 1997 por causa do desequilíbrio entre contribuições e benefícios.

Em um claro recado ao Congresso, após participar ontem de um seminário internacional, o se-

cretário afirmou que, se as reformas não forem aprovadas, “será por contingências políticas e não porque a situação econômica permite”. E acrescentou: “Se tivéssemos a certeza de que daqui a três anos teríamos os resultados das reformas, poderíamos estar ousando mais na política econômica e ser mais agressivos”. A agressividade poderia ser a maior e mais rápida redução das taxas de juros, estimulando o crescimento econômico.

“Quanto mais demorar, mais traumático será a introdução das reformas”, alertou, lamentando “o crescimento limitado” e ressaltando que por enquanto não há proble-

mas: “Não teremos crise e temos algum tempo por causa dos investimentos que estão sendo feitos”.

Durante o seminário, o representante do Fundo Monetário Internacional (FMI), Vito Tanzi, defendeu as mesmas teses do governo: privatização, redução da máquina administrativa e desregulamentação da economia. “Temos ampla comprovação de que uma intervenção estatal demasiado ampla não melhorou a alocação de recursos, não tendo sido capaz de acelerar o crescimento; não viabilizou melhor distribuição de renda; e não foi capaz de gerar ambiente econômica-

mente mais estável”, disse o economista, concluindo: “A privatização precisa continuar e, em muitos países, ser acelerada. Em uma economia de mercado, há poucas razões para que o Estado se envolva em atividades produtivas”, disse Tanzi. A dúvida do governo sobre o uso dos recursos da privatização também é rapidamente esclarecida por Tanzi: “Se as taxas de juros do déficit público estão elevadas e se é possível amortizar parte desse débito com ingresso de capital proveniente da privatização, então estaremos falando de uma política excelente”.